

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.444 - RJ (2020/0012739-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO FEDERAL DO TERCEIRO JUIZADO ESPECIAL DE SÃO GONÇALO - SJ/RJ**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE SÃO GONÇALO - RJ**  
**INTERES.** : **AURELIO GOMES DE ABREU**  
**ADVOGADOS** : **FABIANO SANTOS OLIVEIRA - RJ164107**  
: **REJANE FERREIRA MOÇO - RJ139134**  
**INTERES.** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. CAUSA DE PEDIR ACIDENTÁRIA. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. JUÍZO SUSCITADO.

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo Federal do Terceiro Juizado Especial de São Gonçalo/RJ e o Juízo de Direito da Terceira Vara Cível de São Gonçalo/RJ, em autos de ação previdenciária.

Noticiam os autos que Aurélio Gomes de Abreu ajuizou ação em face do Instituto Nacional do Seguro Social, objetivando o restabelecimento de auxílio-doença acidentário, distribuída a Terceira Vara Cível Regional de São Gonçalo/RJ, tendo o respectivo Juízo declinado na competência, alegando não ter sido juntada aos autos a Comunicação de Acidente do Trabalho, remetendo os autos à Justiça Federal.

Autos redistribuídos a Segunda Vara Federal de São Gonçalo que, por sua vez, declinou da competência para o Juizado Especial Federal com apoio na Lei 10.259/2001, considerando o valor atribuído à causa.

Autos redistribuídos ao Terceiro Juizado Especial Federal de São Gonçalo que declinou da competência, amparado na Súmula 15/STJ e 501/STF, declinando da competência e suscitando o presente conflito.

No STJ, colheu-se o parecer do Ministério Público Federal que opina pela competência da Justiça Estadual.

É o relatório.

Decido.

A competência *ratione materiae*, em regra, é determinada em função da natureza jurídica da pretensão deduzida, sendo esta caracterizada pelo pedido e pela causa de pedir. Em outras palavras, a competência é definida a partir da causa de pedir e do pedido articulados na petição inicial.

A propósito:

PREVIDENCIÁRIO. COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO. TRIBUNAL ESTADUAL E TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA AJUIZADA EM VARA ESTADUAL. ART. 109, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO. COMPETÊNCIA DA CORTE REGIONAL.

1. A parte autora optou por propor a ação no município onde é domiciliada, em comarca que não sedia vara do Juízo Federal. Ação ajuizada no Juízo Estadual, em consonância com o art. 109, § 3º, da Constituição.
2. A competência para o julgamento da lide é definida em razão da natureza jurídica da questão controvertida, o que se verifica pelo pedido e da causa de pedir.
3. O objetivo da parte autora é restabelecer o pagamento de benefício de auxílio-doença previdenciário, porque nega fazer jus ao auxílio-doença por acidente de trabalho que vem percebendo.
4. O Juízo de 1º grau, que deferiu parcialmente a tutela requerida, atuou com delegação de competência federal. A dúvida do magistrado acerca do benefício efetivamente devido à autora não altera essa competência, porque o objeto da ação não é de índole acidentária.
5. Conflito conhecido para declarar a competência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o suscitado.  
(CC 99.455/SP, Terceira Seção, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado em 25/3/2009, DJe 6/4/2009)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL. DEMANDA DEDUZINDO PEDIDOS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. COMPETÊNCIA ESTABELECIDA LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO OS TERMOS DA PETIÇÃO INICIAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

**1. A definição da competência para a causa se estabelece levando em consideração os termos da demanda (e não a sua procedência ou improcedência, ou a legitimidade ou não das partes, ou qualquer outro juízo a respeito da própria demanda). O juízo sobre competência é, portanto, lógica e necessariamente, anterior a qualquer outro juízo sobre a causa. Sobre ela quem vai decidir é o juiz considerado competente (e não o Tribunal que aprecia o conflito). Não fosse assim, haveria uma indevida inversão na ordem natural das coisas: primeiro se julgaria (ou pré-julgaria) a causa e depois, dependendo desse julgamento, definir-se-ia o juiz competente (que, portanto, receberia uma causa já julgada, ou, pelo menos, pré-julgada).** Precedentes: CC 51.181-SP, 1ª Seção, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 20.03.2006; AgRg no CC 75.100-RJ, 1ª Seção, Min.

Teori Albino Zavascki, DJ de 19.11.2007; CC 87.602-SP, 1ª Seção, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 22.10.2007.

2. No caso, a autora ajuizou, em face do INSS, pedidos para concessão de benefícios previdenciários (e não de natureza acidentária). Nos termos como proposta, a causa é da competência da Justiça Federal.

3. Conflito conhecido e declarada a competência da Justiça Federal, a suscitada.

(CC 121.013/SP, Primeira Seção, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 28/3/2012, DJe 3/4/2012) (Destaque nosso)

A competência é definida a partir da causa de pedir e do pedido articulados na petição inicial. A inovação da causa de pedir, em sede de agravo regimental no âmbito do conflito, é irrelevante para o respectivo desfecho. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 120.785/SP, Primeira Seção, Relator Ministro Ari Pargendler, DJe 13/6/2014)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. SÚMULAS 15/STJ E 501/STF. CAUSA DE PEDIR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

[...]

2. Nas ações que objetivam a concessão de benefício em decorrência de acidente de trabalho, a competência será determinada com base no pedido e causa de pedir. Precedentes do STJ.

3. No caso dos autos, conforme se extrai da Petição Inicial, o pedido da presente ação é a concessão de benefício acidentário, tendo como causa de pedir a exposição ao agente nocivo ruído. Logo, a competência para processar e julgar a presente demanda é da Justiça estadual. Precedentes do STJ.

4. Assim, caso o órgão julgador afaste a configuração do nexo causal, a hipótese é de improcedência do pleito de obtenção do benefício acidentário, e não de remessa à Justiça Federal. Nessa hipótese, caso entenda devido, pode a parte autora intentar nova ação no juízo competente para obter benefício não-acidentário, posto que diversos o pedido e a causa de pedir.

5. Conflito de Competência conhecido para declarar competente para processar o feito a Justiça Estadual.

(CC 152.002/MG, Primeira Seção, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 19/12/2017)

No mesmo sentido, as seguintes decisões CC 134.095/MG, Relator Ministro Benedito Gonçalves, DJe 16/12/2014; CC 137.172/PA, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 5/12/2014; CC 136.732/MT, Relatora Ministra Assusete Magalhães, DJe 5/12/2014.

O artigo 109, I, da Constituição Federal de 1988, ao excetuar da competência federal as causas de acidente do trabalho, abarcou tão somente as lides estritamente acidentárias, movidas pelo segurado contra o INSS.

Confira-se ainda:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA DA JUSTIÇA FEDERAL DE ITAPERUNA/RJ.

1. Consoante assentado pelo Superior Tribunal de Justiça, com fulcro no art. 105, I, "d", da CF, merece conhecimento este Conflito, uma vez que ambos os Juízos, vinculados a Tribunais diversos, declararam-se incompetentes.

2. A competência *ratione materiae*, em regra, é determinada em função da natureza jurídica da pretensão deduzida, sendo esta caracterizada pelo pedido e pela causa de pedir. Na hipótese em exame, o interessado postulou a concessão de benefício previdenciário sem referência a acidente de trabalho.

3. No caso dos autos, conforme se extrai da Petição Inicial, o pedido da demanda é a concessão de benefício previdenciário por invalidez, tendo como causa de pedir o seu estado de saúde. Logo, a competência para processar e julgar a presente demanda é da Justiça Federal.

4. Conflito de Competência conhecido a fim de declarar competente para processar o feito a Justiça Federal de Itaperuna/RJ.

(CC 158.104/RJ, Primeira Seção, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 20/11/2018)

PREVIDENCIÁRIO. PETIÇÃO INICIAL. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. PLEITO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE MENÇÃO A ACIDENTE DE TRABALHO. EXEGESE DO ART. 109, I, DA CONSTITUIÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. A competência para julgar as demandas em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário deve ser determinada em razão do pedido e da causa de pedir.

2. No caso concreto, não se extrai da petição inicial da subjacente ação qualquer alusão à ocorrência de acidente laboral que, enquanto causa de pedir, estivesse a respaldar o pedido de aposentadoria por invalidez formulado pelo segurado frente ao INSS, cujo contexto desautoriza a tramitação da lide perante a Justiça estadual. 3. A teor do art. 109, I, da CF, compete à Justiça federal o julgamento das "causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;"

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC 144.267/SP, Primeira Seção, Relator Ministro Sérgio Kukina, julgado em 25/2/2016, DJe 31/3/2016)

Deveras, o teor da petição inicial é elemento essencial ao deslinde do conflito, uma vez que a definição de competência decorre da verificação da causa de pedir e do pedido apresentados na inicial.

No presente caso, da análise da petição inicial, depreende-se que a causa de pedir está relacionada a acidente de trabalho.

Ante o exposto, com fulcro no art. 955, parágrafo único, do CPC/2015, conheço do conflito para declarar a competência da Justiça Estadual, Juízo Suscitado.

Publique-se.

Intimem-se.

Oficie-se.

Arquive-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator